



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BERTIOGA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR MUNICIPAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas e 30 minutos do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** No tocante ao controle de constitucionalidade brasileiro das leis e atos normativos, assinale a alternativa que contempla uma hipótese de nulidade por vício de inconstitucionalidade formal objetivo.
- (A) Lei estadual dispondo sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
 - (B) Lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República cujo projeto foi proposto por Senador da República.
 - (C) Lei complementar que foi aprovada no Congresso Nacional por maioria simples.
 - (D) Lei municipal disciplinando o uso de equipamento de segurança em veículos automotores.
 - (E) Lei municipal que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis.
- 02.** Assinale a alternativa que contempla hipótese de instrumento de controle concentrado de constitucionalidade de atos normativos municipais em face da Constituição Federal, perante o Poder Judiciário, admitido no direito pátrio.
- (A) Ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado.
 - (B) Ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) Arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Tribunal de Justiça.
 - (D) Ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (E) Arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal.
- 03.** Considerando as normas constitucionais atinentes à intervenção estadual nos Municípios, suponha que o Tribunal de Justiça do Estado tenha dado provimento a representação do Procurador-Geral de Justiça para prover a execução de decisão judicial contra um de seus municípios.
- Nessa situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) o Município poderá interpor recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, postulando a revogação da intervenção em face da ilegitimidade ativa do Procurador-Geral de Justiça.
 - (B) a intervenção estadual no Município, nesse caso, dependerá de decreto do Governador, que terá a faculdade de decretar ou não a intervenção.
 - (C) a intervenção estadual no Município, nesse caso, será efetivada por decreto do Governador, que é obrigado a decretá-la, devendo a decisão ser apreciada pela Assembleia Legislativa.
 - (D) a intervenção deverá obrigatoriamente ser efetivada por decreto do Governador e, nesse caso, será dispensada a apreciação do decreto interventivo pela Assembleia Legislativa.
 - (E) caberá a interposição de recurso extraordinário pelo Município perante o Supremo Tribunal Federal, se o Governador vier a decretar a referida intervenção, para discutir a forma e o conteúdo do decreto.
- 04.** Considerando o disposto na Constituição Federal, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a adoção de medida provisória pelos Municípios é
- (A) constitucional, desde que haja previsão expressa na Constituição Estadual e na Lei Orgânica Municipal autorizando sua adoção em âmbito municipal.
 - (B) inconstitucional, uma vez que o texto constitucional veda expressamente a adoção dessa espécie normativa pelos estados e municípios.
 - (C) inconstitucional, uma vez que o texto constitucional veda implicitamente a adoção dessa espécie normativa pelos estados e municípios.
 - (D) constitucional, desde que haja previsão expressa na Constituição Estadual autorizando sua adoção em âmbito municipal, não sendo necessária previsão na Lei Orgânica Municipal.
 - (E) constitucional, desde que haja previsão expressa na Lei Orgânica Municipal, autorizando sua adoção em âmbito municipal, não sendo necessária previsão na Constituição Estadual.

05. Considere as seguintes normas do texto constitucional:

- I. Art. 18, § 4º. “A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.”
- II. Art. 96. “Ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação.” (ADCT)

Assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, a classificação das normas constitucionais elencadas no tocante à sua eficácia.

- (A) Norma de eficácia plena e norma de eficácia contida.
- (B) Norma de eficácia limitada e norma de eficácia exaurida.
- (C) Norma de eficácia restringível e norma de eficácia limitada.
- (D) Norma de eficácia contida e norma de eficácia plena.
- (E) Norma de eficácia absoluta e norma de eficácia restringível.

06. Assinale a hipótese em que a Constituição Federal permite que o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional possa optar pela remuneração do seu cargo quando no exercício de mandato eletivo.

- (A) Se investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, mas com prejuízo a remuneração do cargo eletivo.
- (B) Quando eleito para Vereador, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo, independentemente da compatibilidade de horários.
- (C) Quando investido no mandato de Prefeito, mas será afastado do cargo.
- (D) Se eleito para mandato eletivo estadual ou federal, deve ser afastado do cargo.
- (E) Se eleito para mandato de Prefeito, poderá manter o cargo e acumular ambas as remunerações, havendo compatibilidade de horários.

07. Considerando o disposto na Lei Federal nº 11.107/2005, assinale a alternativa correta a respeito dos consórcios públicos.

- (A) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- (B) O protocolo de intenções é facultativo para a celebração do contrato de constituição do consórcio público.
- (C) É vedado aos entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, ceder servidores ao consórcio.
- (D) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, mas não integrará a Administração Pública.
- (E) A extinção de contrato de consórcio público ocorrerá por decisão da assembleia geral, que independerá de ratificação.

08. A entidade não governamental “Aliança Terapêutica Universal”, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, e que também é uma organização social (OS) que atua na área da saúde, pretende qualificar-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para atuar na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Nessa situação hipotética, considerando o que estabelece a Lei nº 9.790/1999, é correto afirmar que a referida entidade

- (A) não poderá qualificar-se como OSCIP, pelo motivo de ser uma entidade sem fins lucrativos.
- (B) não poderá qualificar-se como OSCIP, em razão de atuar na área da saúde.
- (C) poderá qualificar-se como OSCIP, uma vez que atende a todos os requisitos legais.
- (D) não poderá qualificar-se como OSCIP porque a área de atuação pretendida não está prevista na lei.
- (E) não poderá qualificar-se como OSCIP, em razão de ser uma organização social.

- 09.** Assinale a alternativa correta no tocante à aposentadoria dos servidores públicos.
- (A) É facultada a realização de avaliações para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria do servidor por incapacidade permanente, quando comprovada a impossibilidade de sua readaptação ao serviço público.
 - (B) O servidor será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei ordinária do respectivo ente federativo.
 - (C) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, exceto mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.
 - (D) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
 - (E) O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal e o tempo de serviço correspondente serão contados para fins de aposentadoria e disponibilidade.
- 10.** Assinale a alternativa correta a respeito da convalidação dos atos administrativos.
- (A) Ela é praticada sobre atos administrativos nulos ou anuláveis.
 - (B) Objetiva confirmar o ato originário, no todo ou em parte, com efeitos retroativos.
 - (C) Os atos com vícios de competência, de forma e de procedimento não podem ser convalidados.
 - (D) No caso de ato viciado que não é passível de convalidação, a Administração terá a faculdade de revogá-lo.
 - (E) É possível a convalidação tácita ou por decurso de tempo.
- 11.** Determinadas empresas, unidas numa associação temporária em consórcio, participaram de uma licitação para disputa de uma concessão de serviço público e o consórcio sagrou-se vencedor no certame. Todavia, antes da celebração do contrato, a Administração entendeu que seria mais conveniente para o serviço público concedido que o vencedor fosse uma empresa única. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na legislação que rege a matéria, é correto afirmar que
- (A) a licitação deve ser cancelada para eleger um novo licitante vencedor que atenda a essa exigência.
 - (B) a licitação não poderá ser alterada, uma vez que, já escolhido o licitante vencedor, devendo a Administração celebrar o contrato com o consórcio.
 - (C) havendo previsão no edital, a Administração poderá determinar que o licitante vencedor se constitua em empresa antes da celebração do contrato.
 - (D) a Administração deverá desclassificar o consórcio vencedor e convocar o licitante classificado em segundo lugar para celebrar o contrato.
 - (E) o consórcio poderá celebrar o contrato e a Administração deverá conceder o prazo de 120 dias após a assinatura para que o licitante se constitua em empresa.
- 12.** Na hipótese de existirem interessados em um certame licitatório, mas todos serem desclassificados por não atenderem a algum dos critérios de julgamento, conforme previsto na Lei nº 8.666/93, ocorrerá o que se denomina de licitação
- (A) deserta.
 - (B) frustrada.
 - (C) em branco.
 - (D) inviável.
 - (E) fracassada.
- 13.** Assinale a alternativa correta a respeito da desapropriação.
- (A) Os bens públicos são passíveis de desapropriação, desde que haja autorização legislativa para o ato expropriatório, podendo, por exemplo, a União expropriar bem dos Estados.
 - (B) No direito brasileiro, é vedada a desapropriação por zona, exceto para fins de impor o cumprimento da função social da propriedade, nos termos da lei.
 - (C) Por meio da declaração expropriatória, as autoridades expropriantes ficam autorizadas a penetrar nos imóveis por ela atingidos, dando-lhe o direito à imissão provisória na posse.
 - (D) Uma vez emitida na imissão provisória da posse, o poder expropriante deverá pagar ao proprietário do bem 80% do valor da avaliação, acrescidos dos juros moratórios.
 - (E) Se o expropriante não efetivar a retrocessão do bem, ainda que haja sua incorporação ao patrimônio público, o proprietário pode pedir o bem de volta.

14. Assinale a alternativa que contempla afirmativa em consonância com as súmulas dos tribunais superiores.
- (A) Não ofende a Constituição decisão judicial que autoriza a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
 - (B) O administrador tem plenos poderes para exigir o exame psicotécnico para a habilitação de candidato a cargo público, independentemente de previsão legal, desde que conste expressamente do edital do certame.
 - (C) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
 - (D) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.
 - (E) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.

DIREITO CIVIL

15. No que diz respeito às técnicas de elaboração, redação e alteração das leis, a epígrafe, contida na parte
- (A) normativa, propiciará identificação numérica singular à lei e será formada pelo título designativo da espécie normativa, pelo número respectivo e pelo ano de promulgação.
 - (B) normativa, explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.
 - (C) preliminar, propiciará identificação numérica singular à lei e será formada pelo título designativo da espécie normativa, pelo número respectivo e pelo ano de promulgação.
 - (D) preliminar, indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal.
 - (E) final, explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.
16. Em relação à invalidade do negócio jurídico, é correto afirmar que
- (A) é anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância, na forma e no objeto.
 - (B) se ressalvam os direitos de terceiros de boa-fé em face dos contraentes do negócio jurídico simulado.
 - (C) a nulidade do negócio jurídico simulado pode ser alegada apenas pelas partes ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.
 - (D) a nulidade do negócio jurídico simulado deve ser pronunciada pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico, lhe sendo permitido supri-las, mediante requerimento das partes.
 - (E) é nulo o negócio jurídico simulado quando celebrado por relativamente incapaz e contiver declaração não verdadeira.

17. Quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior ocorre
- (A) a novação.
 - (B) a compensação.
 - (C) a dação em pagamento.
 - (D) o pagamento com sub-rogação.
 - (E) a confusão.

18. Juliana contratou um seguro por danos pessoais cujo valor do prêmio era de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), parcelados em 12 (doze) vezes. Durante a execução do seguro, Juliana ficou desempregada e parou de pagar as parcelas do prêmio. Dois meses depois, Juliana quebrou a perna em um acidente de bicicleta e decidiu acionar o seguro para recebimento dos valores relativos aos danos pessoais e morais que sofreu em razão do acidente de bicicleta, uma vez que ausente a comunicação prévia acerca do atraso no pagamento do prêmio.

Diante da situação hipotética narrada, de acordo com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é devido o valor do seguro relativo aos danos morais, uma vez que não há cláusula expressa de inclusão e as parcelas do prêmio estão em atraso.
 - (B) Não é devido o valor do seguro relativo aos danos materiais e morais, uma vez que as parcelas do prêmio estão em atraso.
 - (C) É devido o valor do seguro relativo apenas aos danos materiais.
 - (D) É devido o valor do seguro relativo aos danos materiais e morais, desde que conste expressamente a inclusão destes.
 - (E) É devido o valor do seguro relativo aos danos materiais e morais.
19. Ricardo é proprietário de um imóvel em um bairro afastado do centro da cidade, no qual ainda não há gás encanado. A concessionária fornecedora de gás, pretendendo a instalação de gás encanado em todo o bairro, apresenta o plano de obras, no qual consta que uma grande parte da tubulação passará pelo imóvel de Ricardo.
- Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Ricardo
- (A) não tem direito à indenização, por se tratar de serviço de utilidade pública.
 - (B) não será obrigado a tolerar a passagem dos tubos de gás em seu imóvel.
 - (C) não poderá exigir que a instalação seja feita de modo menos gravoso ao seu imóvel, considerando se tratar de serviço de utilidade pública.
 - (D) poderá exigir a realização de obras de segurança, caso as instalações ofereçam grave risco.
 - (E) poderá receber indenização relativa às obras realizadas, que não compreenderão a desvalorização da área remanescente do imóvel.

20. No que diz respeito às nulidades previstas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que, em uma ação relativa a

- (A) direito do consumidor proposta perante uma vara cível, qualquer das partes poderá requerer a sua nulidade perante o juízo.
- (B) adoção de menores, em que houve a ausência de intimação do Ministério Público, a nulidade deverá ser decretada, independentemente da sua intimação para manifestação acerca de prejuízo.
- (C) direito do trabalho proposta perante uma vara cível, a parte prejudicada deverá alegar a nulidade na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- (D) a direito de propriedade em que o réu não foi citado, mas ainda assim compareceu ao processo, o juiz considerará válido os atos, uma vez que alcançaram a sua finalidade.
- (E) execução, caso sejam penhoradas as máquinas necessárias ao exercício da profissão do executado, todos os atos subsequentes serão considerados sem nenhum efeito, prejudicando, inclusive os atos que sejam dela independentes, por se tratar de nulidade absoluta.

21. No que diz respeito à revelia, considerando o atual entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) Em uma ação de indenização, se ocorrer a revelia, deve-se presumir a veracidade quanto aos danos narrados na petição inicial, inclusive quanto à indenização indicada pelo autor.
- (B) Ao executado que, citado por edital, permanecer revel, será nomeado curador especial, que terá legitimidade para produzir provas, mas não poderá apresentar embargos.
- (C) O revel pode produzir provas, desde que compareça em tempo oportuno.
- (D) Se o réu revel comparecer no processo depois do prazo para contestação, ele não poderá mais alegar nenhuma matéria de defesa.
- (E) O juiz poderá realizar o julgamento antecipado do pedido, desde que ocorra o efeito material da revelia, ainda que haja requerimento de prova pelo autor.

22. Caio, um famoso ator de televisão, estava dirigindo e falando ao celular quando colidiu com o veículo de Renato, que estava estacionado. Inconformado, Caio desceu do veículo e iniciou uma transmissão ao vivo dos acontecimentos em sua rede social. Renato, diante dos fatos ocorridos, ajuizou ação de reparação de danos materiais e morais em face de Caio. Houve apresentação de contestação e, diante da desnecessidade de produção de provas em relação ao pedido de danos materiais, o juiz julgou antecipadamente o mérito condenando Caio ao pagamento do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em razão dos danos materiais causados e condenou ainda ao pagamento proporcional de honorários advocatícios; no que diz respeito aos danos morais alegados, o juiz determinou a produção de provas.

Diante da situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão parcial de mérito poderá ser modificada quando do julgamento dos danos morais.
- (B) Foi correta a decisão do juiz de não julgar o mérito em relação aos danos morais, uma vez que a decisão parcial de mérito poderá apenas reconhecer a existência de obrigações líquidas.
- (C) O juiz não poderia ter condenado Caio ao pagamento de honorários advocatícios proporcionais em uma decisão parcial de mérito.
- (D) Da decisão que condenou Caio ao pagamento dos danos materiais é cabível apelação com efeito suspensivo.
- (E) Renato poderá executar, desde logo, o valor relativo aos danos materiais, independentemente de caução, ainda que haja recurso de Caio contra a decisão.

23. Naila propôs ação reivindicatória em face de Noemi, alegando ser proprietária de um lote com 600 metros quadrados, situado na Avenida Por do Sol, nº 170. Citada, Noemi apresenta contestação alegando que o terreno teria sido adquirido por meio de usucapião, uma vez que Noemi estava na posse no terreno, sem qualquer questionamento, há, aproximadamente, 16 anos. Os demais confinantes foram citados pessoalmente e Liana, proprietária do imóvel situado na Avenida Por do Sol, nº 180, constatou que na ação reivindicatória em que litigam Naila e Noemi, uma porção de 200 metros quadrados objeto da disputa é, na verdade, de sua propriedade.

Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que

- (A) Liana deverá propor oposição em face de Naila e Noemi.
- (B) Naila deverá chamar ao processo Liana, sob pena de nulidade absoluta.
- (C) Noemi deverá denunciar a lide para incluir Liana como litisconsorte necessária.
- (D) Liana poderá ser admitida no processo, porém não poderá produzir provas.
- (E) Caso Liana seja admitida no processo, o juiz deverá julgar inicialmente a pretensão inicial para depois conhecer o seu pedido.

24. Antônia estava endividada, recorrendo a uma instituição financeira para empenhar uma joia de sua família e, assim, conseguir um crédito. Feito isso, assinou um contrato de adesão, prevendo que, em caso de furto/roubo, a instituição financeira não se responsabilizaria pela perda do objeto, por se tratar de caso fortuito. Diante dessa situação, nos ditames atuais da jurisprudência do STJ, é certo afirmar que:

- (A) A cláusula é válida, pois eventual furto/roubo se enquadra no conceito de fortuito externo, o que exige a responsabilidade do fornecedor.
- (B) O STJ já se manifestou sobre o tema, sendo que a cláusula é válida pois quem fez o pedido do empréstimo mediante penhor sabe dos riscos que corre.
- (C) A cláusula é inválida, pois o risco do negócio não pode ser transferido ao consumidor, sendo, porém, que o STJ não se manifestou sobre esse tema de forma expressa.
- (D) No caso em tela, havendo furto/roubo da joia empenhada, Antônia deverá prosseguir pagando de eventuais parcelas do empréstimo, pois concorreu para o evento ao depositar o bem na instituição financeira.
- (E) O STJ já sumulou a questão determinando que cláusulas com esse conteúdo são abusivas e, portanto, mesmo em contrato de adesão, não terão valor para compelir o consumidor a suportar prejuízos.

25. Sobre banco de dados e cadastros de consumidores, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, é certo afirmar que:

- (A) O nome do consumidor só pode ser inserido num banco de dados após a sua expressa autorização.
- (B) Os bancos de dados são instituições de caráter privado.
- (C) Quando encontrada inexatidão de alguma informação do consumidor em um banco de dados, o arquivista terá dez dias para proceder o ajuste após a informação da incorreção.
- (D) Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-los pública e anualmente.
- (E) O prazo para manutenção do nome do consumidor no serviço de proteção ao crédito é de cinco anos a contar da data da inscrição.

26. Assinale a alternativa que traz um bem de consumo classificado pela legislação consumerista como produto móvel, material e durável.

- (A) Perfume.
- (B) Apartamento.
- (C) Geladeira.
- (D) Linha de crédito bancário.
- (E) Plano de saúde.

27. Assinale a alternativa correta, que corresponde ao que está previsto na Lei nº 8.080/90.

- (A) A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.
- (B) As ações e os serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade decrescente.
- (C) Os Estados deverão executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção Municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional.
- (D) Os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino se integram ao Sistema Único de Saúde (SUS), mediante convênio, sem preservar a sua autonomia administrativa.
- (E) É permitida a destinação de subvenções e auxílios a instituições prestadoras de serviços de saúde com finalidade lucrativa.

28. Está prevista na Lei nº 12.651/2012 a existência de vários ecossistemas, biomas, fauna e flora que devem ser preservados. Dentre eles, um que assim vem conceituado: "áreas situadas em regiões com frequências de inundações intermediárias entre marés de sizíguas e de quadratura, com solos cuja salinidade varia entre 100 (cem) e 150 (cento e cinquenta) partes por 1.000 (mil), onde pode ocorrer a presença de vegetação herbácea específica". Esse é o conceito de:

- (A) Restinga.
- (B) Manguezal.
- (C) Marismas tropicais hipersalinos.
- (D) Planície de inundação.
- (E) Apicum.

29. Sobre os procedimentos processuais de uma Ação Civil Pública, é certo afirmar que:

- (A) nestas demandas, não se admitem quaisquer tipos de litisconsórcio.
- (B) eventual recurso interposto contra sentença não admite a possibilidade de concessão de efeito suspensivo.
- (C) decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, o processo será extinto imediatamente.
- (D) poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.
- (E) a ação civil pública só poderá ter por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

30. Suponha que João, possuidor de imóvel, resolveu, por meio de instrumento particular, limitar o uso de parte do bem com o fim de preservar os recursos ambientais existentes, instituindo uma servidão ambiental temporária. Considerando a situação hipotética e o disposto na Lei de Política Nacional de Meio Ambiente, é correto afirmar que

- (A) João poderá instituir a servidão ambiental temporária, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.
- (B) o instrumento particular de instituição da servidão ambiental deve estipular unicamente o prazo, o objeto e o memorial descritivo da área, contendo, pelo menos, um ponto de amarração georreferenciado.
- (C) João não poderá instituir a servidão ambiental temporária, dado que somente detém a posse do imóvel, e não a propriedade.
- (D) uma vez instituída a servidão ambiental por João, durante seu prazo de vigência, é vedada a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos seus limites.
- (E) o detentor da servidão ambiental tem o dever legal de monitorar periodicamente a propriedade para verificar se a limitação está sendo mantida, cabendo à Advocacia Geral da União defendê-la judicialmente.

31. Assinale a alternativa correta a respeito do Plano de Manejo das Unidades de Conservação da Natureza.

- (A) Somente o grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável é obrigado a elaborar o Plano de Manejo.
- (B) O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de até dois anos a partir da data de sua criação.
- (C) O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento, assim como os corredores ecológicos.
- (D) As únicas Unidades de Conservação que têm o dever legal de elaborar o Plano de Manejo são: Parque Nacional, Reserva de Fauna e Floresta Nacional.
- (E) Na elaboração do Plano de Manejo, será assegurada a ampla participação da população residente na Unidade de Conservação, bem como da população que resida em até 10 km de distância da unidade.

32. Sobre o Código Florestal, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento de sua constitucionalidade, decidiu que

- (A) é constitucional a alteração do conceito de leito regular realizada pelo legislador.
- (B) é inconstitucional o uso agrícola de várzeas em pequenas propriedades ou posses rurais.
- (C) o uso de áreas de preservação permanente à margem de rios para atividades de aquicultura é inconstitucional.
- (D) a dispensa de reserva legal para exploração de potencial de energia hidráulica é inconstitucional.
- (E) está em desacordo com a Constituição Federal a possibilidade de plantio intercalado de espécies nativas e exóticas para recomposição de área de Reserva Legal.

33. Assinale a alternativa que está de acordo com Lei nº 11.284/2006 (Gestão de Florestas Públicas).

- (A) No âmbito da concessão florestal, admite-se a outorga de exploração dos recursos minerais.
- (B) O processo de licenciamento ambiental para uso sustentável da unidade de manejo compreende a licença prévia e a licença de operação, não se lhe aplicando a exigência de licença de instalação.
- (C) É vedado ao poder concedente, ainda que previsto no edital, determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, constitua-se em empresa antes da celebração do contrato.
- (D) Admite-se a subconcessão na concessão florestal, desde que haja prévia concordância do Poder Público.
- (E) A extinção da concessão florestal autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo titular da floresta pública, de todos os bens reversíveis, mediante prévia notificação do concessionário.

34. Suponha que a Sociedade Empresária Mais Indústria produz resíduos industriais, que são aqueles gerados nos processos produtivos e instalações industriais. Com base na situação hipotética e no disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, é correto afirmar que a Sociedade Empresária Mais Indústria
- (A) deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos apenas se gerar resíduo classificado como perigoso.
 - (B) não precisará elaborar o plano de gerenciamento de resíduos sólidos enquanto não houver a aprovação do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.
 - (C) deverá pedir a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos junto à autoridade estadual competente, caso sua atividade não esteja sujeita a licenciamento ambiental.
 - (D) deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos que conterà, entre outros conteúdos, as ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes.
 - (E) apenas deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos se gerar resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por seu volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público estadual.
35. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006).
- (A) Considera-se como de interesse social as obras essenciais de infraestrutura de interesse nacional destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia.
 - (B) A vegetação primária ou a vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração do Bioma Mata Atlântica perderão esta classificação nos casos de incêndio ou desmatamento.
 - (C) O corte, a supressão e a exploração da vegetação do Bioma Mata Atlântica far-se-ão de maneira diferenciada, conforme se trate de vegetação primária ou secundária.
 - (D) A exploração eventual, sem propósito comercial direto, de espécies da flora nativa, para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais, depende de autorização do órgão competente.
 - (E) As infrações dos dispositivos que regem os benefícios econômicos ambientais sujeitarão os responsáveis a multa civil de 5 (cinco) vezes o valor atualizado recebido, ou do imposto devido em relação a cada exercício financeiro.
36. A respeito das imunidades tributárias, é correto afirmar, com base na legislação e na jurisprudência nacionais, que
- (A) impedem a aplicação da legislação tributária aos seus destinatários, afastando a incidência de obrigações principais e acessórias às situações e pessoas previstas.
 - (B) é vedada a instituição de tributos pela União sobre renda, serviços e patrimônios de estados, municípios e do Distrito Federal.
 - (C) a imunidade tributária não impede a constituição do crédito, mas a sua cobrança, representando, por isso, hipótese de exclusão do crédito tributário.
 - (D) ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente à instituição de educação sem fins lucrativos, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas suas atividades fins.
 - (E) os entes da Federação são imunes à cobrança de contribuição patronal para a previdência social incidente sobre a sua folha de pagamentos, no caso dos salários pagos a funcionários comissionados.
37. Para a correta aplicação da legislação tributária, é preciso conhecer as regras de vigência temporal e territorial previstas no Código Tributário Nacional. A respeito deste tema, é correto afirmar, com base na legislação e jurisprudência nacionais, que
- (A) a legislação tributária dos entes subnacionais vigora, no país, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
 - (B) os atos administrativos de caráter normativo entram em vigor 30 dias após a data da sua publicação.
 - (C) as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, entram em vigor, quanto aos efeitos normativos, na data de sua publicação.
 - (D) os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios entram em vigor na data em que previsto no próprio instrumento, sendo vedada a previsão de prazo inferior a 30 (trinta) dias.
 - (E) a legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, mas não aos fatos geradores pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa.

38. João da Silva, viúvo, faleceu em 2 de dezembro de 2020, deixando um imóvel urbano e dívidas de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) relativas a este mesmo imóvel referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020. Realizado o inventário extrajudicial pelos herdeiros capazes e maiores, a escritura de inventário e partilha foi finalizada em 30 de março de 2021, não tendo havido até o momento o registro da transmissão do imóvel aos herdeiros no Cartório de Registro de Imóveis. Considerando que as cotas hereditárias seguiram o padrão estabelecido em lei para cada um dos herdeiros, é correto afirmar sobre a responsabilidade tributária dos sucessores com base no Código Tributário Nacional que:
- (A) na situação em questão, além do IPTU será devido também o imposto municipal sobre transmissão de bens imóveis (ITCMD), no momento do registro da escritura.
 - (B) é condição para a lavratura da escritura pública de inventário a exigência pelo Tabelião da prova de quitação do IPTU devido, sob pena de responsabilidade pessoal deste sobre a dívida tributária.
 - (C) os impostos devidos até 2020 (inclusive) são de responsabilidade do espólio, não sendo transmitidos aos herdeiros, os quais se responsabilizam, em contrapartida, pelo imposto lançado em 1º de janeiro de 2021.
 - (D) após a sucessão hereditária, não é possível a constituição pelo Fisco de créditos tributários relativos a períodos anteriores à abertura da sucessão, afastando-se, assim, o risco de eventual fiscalização sobre o valor do imposto pago no exercício de 2017 pelo *de cuius*.
 - (E) por terem interesse comum na propriedade do bem, em razão do condomínio estabelecido, os herdeiros terão responsabilidade solidária perante a Fazenda Pública sobre a dívida tributária eventualmente transmitida em decorrência da sucessão hereditária.
39. Segundo estabelece a Lei nº 12.016/2009 e conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar sobre a concessão de mandado de segurança e de medida liminar na ação mandamental que:
- (A) não serão concedidos em caso de renovação da ação mandamental se a decisão denegatória anterior não lhe houver apreciado o mérito e quando se tratar de pedido de liminar para emissão de certidão negativa de tributos federais.
 - (B) não será concedido o mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, não havendo situações de vedação *a priori* da concessão de medida liminar, sob pena de violação à garantia de pleno acesso à jurisdição.
 - (C) não serão concedidos quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas de forma homogênea e quando o pedido de liminar tiver por objeto a compensação de créditos tributários.
 - (D) não serão concedidos quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, mediante caução, e quando o pedido de liminar tiver por objeto a emissão de certidão negativa de tributos federais.
 - (E) não se concederá o mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público, e não se concederá a liminar quando o pedido tiver por objeto a declaração de inexistência de relação jurídica tributária.
40. O Prefeito do Município “X” decide destinar mediante decreto, pelo período de 5 (cinco) anos, o produto da arrecadação do imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI) incidente sobre transações ocorridas em determinada região do Município, a fundo especial instituído pelo mesmo instrumento normativo, com a finalidade de assegurar recursos para a reurbanização de favelas. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar, com base na legislação nacional, que
- (A) é vedada a vinculação de receitas orçamentárias por período superior a 2 (dois) anos, ainda que por meio de decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo.
 - (B) é correta a escolha de fundo especial como instrumento de financiamento da despesa em questão, considerando a sua classificação funcional como “outras despesas correntes”.
 - (C) a instituição de fundo público especial mediante a vinculação de receitas à realização de determinados objetivos ou serviços deve ser estabelecida mediante lei.
 - (D) a vinculação da arrecadação dos impostos de apenas uma parte da população, em oposição à arrecadação oriunda de todo o território municipal, a fundo especial torna a iniciativa ilegal.
 - (E) é vedada a vinculação de receita pública a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

41. O Prefeito do Município “Y” deseja instituir no âmbito municipal auxílio financeiro emergencial a famílias que perderam sua única fonte de renda em razão dos efeitos de pandemia de coronavírus sobre a economia local. Na condição de procurador municipal, qual dos cuidados jurídicos você recomendaria ao Prefeito, como forma de atender ao previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal?

- (A) A destinação de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- (B) Por se tratar de auxílio referente à política de emprego e trabalho, cuja competência primária foi estabelecida na Constituição à União Federal, o pagamento do benefício emergencial deverá ser precedido de convênio a ser assinado com a União.
- (C) O financiamento da despesa pública em questão não poderá ser financiado mediante a contratação de operação de crédito, exceto se contratada junto à instituição financeira controlada pela União ou por Estado da Federação.
- (D) Por se tratar de despesa emergencial, é possível a sua realização sem prévio empenho, o qual deverá ser regularizado até o décimo dia do ano subsequente ao desembolso dos recursos.
- (E) O auxílio pode ser operacionalizado mediante assunção direta de compromisso com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, em favor dos beneficiários, sem precisar, assim, passar pelo orçamento municipal.

**DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL
E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

42. Tendo em vista os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O funcionário público que, ao longo de um ano, todos os dias, subtrai pó de café adquirido com verba pública, para consumo dos funcionários, na repartição, em tese, pratica o crime de peculato.
- (B) O funcionário público que, em razão de sua função, exige de particular, proprietário do restaurante em que almoça algumas vezes na semana, nada pagar pela alimentação, em tese, pratica o crime de corrupção passiva.
- (C) O funcionário que deixa de levar ao conhecimento das autoridades competentes conduta ilícita de subordinado a que teve ciência, em troca de recebimento de dinheiro, em tese, pratica o crime de condescendência criminosa.
- (D) O empresário que deixa de anotar o vínculo empregatício na carteira profissional do empregado, em tese, pratica o crime de sonegação de contribuição previdenciária.
- (E) A pessoa que, perante a Autoridade Policial, comunica a ocorrência de crime que sabe não ter se verificado, em tese, pratica o crime de denúncia caluniosa.

43. A respeito da Lei de Abuso de Autoridade, assinale a alternativa correta.

- (A) Os crimes nela previstos só se caracterizam se praticados pelo agente público com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si próprio.
- (B) Prevê como sujeito ativo o agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, excluídos os militares, que são regidos por lei própria.
- (C) Os crimes nela previstos são de ação penal pública incondicionada, inexistindo previsão da ação penal privada subsidiária.
- (D) Prevê como efeito da condenação, dentre outros, inabilitação para o exercício do cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 a 5 anos, condicionado à ocorrência de reincidência específica e não é automático, devendo ser declarado, em sentença.
- (E) Prevê como pena restritiva de direito substitutiva da privativa de liberdade, dentre outras, a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 a 6 meses, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens.

44. Tendo em conta a Lei dos Crimes contra a ordem tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) É circunstância que sempre agrava a pena de, no mínimo, um sexto, a ocorrência de grave dano à coletividade.
- (B) Prevê como causa de diminuição da pena, de um a dois terços, nos crimes cometidos em quadrilha ou coautoria, ao coautor ou partícipe que, em confissão espontânea, revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa.
- (C) Os crimes nela previstos são de ação penal pública incondicionada, com exceção dos crimes contra a relação de consumo, que são de ação pública condicionada à representação.
- (D) Prevê como sujeitos ativos dos crimes nela previstos somente particulares, inexistindo previsão de crime praticado por funcionário público.
- (E) A conduta de omitir declaração sobre rendas, para eximir-se de pagamento de tributo, prevista no inciso I, do artigo 2º, é crime material, consumando-se com a efetiva supressão de imposto.

**DIREITO DO TRABALHO E
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

45. Nos termos da CLT, no que se refere ao contrato individual de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins de contratação, o empregador poderá exigir do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.
- (B) A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, desde que sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado.
- (C) Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, sem subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade.
- (D) Os aeronautas não podem ser contratados para trabalho intermitente.
- (E) O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 6 (seis) meses.

46. Sobre a renúncia e a transação no Direito do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro.
- (B) o empregado pode renunciar o direito ao aviso prévio, independentemente se houver obtido novo emprego durante referido período.
- (C) a renúncia a direitos disponíveis ao trabalhador poderá ser realizada tacitamente, mas os indisponíveis somente de forma expressa pelo empregado.
- (D) a transação de direitos trabalhistas poderá ser realizada, desde que judicialmente.
- (E) a gestante terá pleno direito à transação das garantias referentes à manutenção do seu emprego e salário.

47. No que se refere às formas de solução dos conflitos trabalhistas, assinale a alternativa correta.

- (A) Não podemos considerar o exercício de greve como um exemplo de autotutela ou autodefesa, por ser uma medida coercitiva.
- (B) A autocomposição pode ser subdividida em mediação, arbitragem e jurisdição.
- (C) Conflito coletivo do trabalho não pode ser dirimido por arbitragem, mesmo que convencionado entre as partes, por falta de autorização constitucional.
- (D) Nos contratos individuais de trabalho cuja remuneração seja superior a dois salários-mínimos federais, poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa.
- (E) A heterocomposição ocorre quando o conflito é solucionado através da intervenção de um agente exterior à relação conflituosa original.

48. Nos termos da CLT, assinale a alternativa que trata corretamente da execução do processo do trabalho.

- (A) É competente para a execução de título executivo extrajudicial o Juiz ou Presidente do Tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio.
- (B) A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz, independentemente de representação por advogado.
- (C) A liquidação não abrangerá o cálculo das contribuições previdenciárias devidas.
- (D) Após tornada líquida a sentença, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de 10 (dez) dias para impugnação devidamente fundamentada, sob pena de preclusão.
- (E) A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

49. De acordo com o que dispõe a Lei nº 129/1995, a respeito dos direitos e das vantagens do Servidor Público Municipal, assinale a alternativa correta.

- (A) O vencimento é a retribuição pecuniária básica e inicial pelo exercício do cargo público, fixada em lei, podendo ser reduzido mediante acordo coletivo de trabalho.
- (B) Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou o provento.
- (C) O servidor perderá a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos e às saídas antecipadas, iguais a quinze minutos.
- (D) As indenizações se incorporam ao vencimento ou ao provento para qualquer efeito.
- (E) A gratificação natalina será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

50. Representar o Executivo perante o Tribunal de Contas, segundo a Lei Orgânica do Município de Bertioga, é uma função institucional, dentre outras,

- (A) do Secretário Municipal de Justiça.
- (B) do Vice-Prefeito.
- (C) da Secretaria de Finanças do Município.
- (D) da Procuradoria do Município.
- (E) do Chefe de Departamento de Contas Públicas.

CONHECIMENTOS SOBRE A CIDADE E ATUALIDADES

51. O dia 9 de dezembro de 2010 é considerado a data que marcou o nascimento do Parque Estadual Restinga de Bertioga, com mais de 9 mil hectares totalmente inseridos no município de Bertioga. A criação da Unidade de Conservação se deu após a realização de vários estudos que indicaram a importância da preservação da área.

(infraestruturameioambiente.sp.gov. Disponível em: <https://bit.ly/3aK4JAF>. Acesso em 16/10/2021. Adaptado)

Estudos realizados pelo WWF-Brasil e o Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Mar revelam a

- (A) existência de ruínas de construções soterradas por lavas vulcânicas.
- (B) existência de extensa reserva de nióbio na região.
- (C) necessidade de proteção dos índios tupinambás que habitam a região.
- (D) exploração imobiliária ilegal com loteamentos clandestinos.
- (E) presença de sambaquis que podem remontar a 5 mil anos.

52. O povoamento da região de Bertioga data de 1531, quando Martim Afonso de Souza, nomeado Governador Geral da Costa do Brasil, aportou na antiga Buriquioca. Com a colaboração de João Ramalho e Diogo de Braga, Martim Afonso deixou em terra alguns homens incumbidos de construir um pequeno fortim.

(novomilenio. Disponível em: <https://bitlybr.com/UsxHX>. Acesso em 12/10/2021. Adaptado)

A finalidade desse grupo de pessoas era

- (A) catequisar os índios tamoios que habitavam a região.
- (B) combater os franceses que haviam construído o forte de São Luis na ilha de Santo Amaro.
- (C) expulsar os índios tupinambás que habitavam a região.
- (D) defender a Vila de São Vicente, que foi fundada por Martim Afonso de Souza em 1532.
- (E) exterminar uma aldeia de índios guaranis que eram antropófagos.

53. O Decreto nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, assinado pelo Governador Adhemar de Barros, anexou as cidades do litoral norte ao município de Santos, entre elas Bertioga. Em 1958 foi feito um plebiscito com o intuito de saber se os bertioguenses queriam a emancipação. Os moradores da região preferiram continuar como parte de Santos. O plebiscito que decidiu pela emancipação de Bertioga ocorreu em 1991, no dia

- (A) 30 de dezembro.
- (B) 24 de junho.
- (C) 19 de maio.
- (D) 20 de novembro.
- (E) 29 de dezembro.

54. A esquadra de Estácio de Sá, reforçada por expedicionários de Santos, São Vicente e São Paulo, em janeiro de 1565, partiu de Bertioga em direção norte. Os comandados de Estácio de Sá aportaram algumas centenas de quilômetros acima e

- (A) fundaram a cidade do Rio de Janeiro.
- (B) pacificaram os índios tamoios com a ajuda do Padre Manoel da Nóbrega.
- (C) expulsaram os holandeses que haviam ocupado a baía da Guanabara.
- (D) atacaram os Tupinambás que mataram mais de 200 homens do Forte de São João.
- (E) deixaram em terra os pioneiros que fundaram São Sebastião.

- 55.** A Vila de Itatinga é formada por 70 casas dispostas em uma única rua. É um dos pontos turísticos de Bertioga. Foi construída por ingleses em 1910. Foi planejada para atender as necessidades de habitação dos funcionários da Usina Hidrelétrica de Itatinga, que atualmente fornece energia para
- (A) a cidade de Bertioga.
 - (B) o Porto de Santos.
 - (C) a Usiminas de Cubatão.
 - (D) a Portofer Transporte Ferroviário Ltda.
 - (E) a cidade de Guarujá.
- 56.** O Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá-Bertioga é responsável por um importante acervo histórico-cultural da região. Ele faz parte de um museu que está instalado no Forte São João. O nome desse museu homenageia
- (A) Potira.
 - (B) Jorge Pires.
 - (C) Iperoig.
 - (D) João Ramalho.
 - (E) Brás Cubas.
- 57.** Hans Staden veio ao Brasil em busca de riquezas. Fez duas viagens entre 1548 e 1549, durante a colonização portuguesa. Na segunda viagem depois de acidentes de percurso na costa brasileira, o alemão, nascido em Homberg, chegou a Bertioga e, convidado pelos portugueses, trabalhou como artilheiro no Forte de São Filipe. Ele foi capturado pelos Tupinambás quando caçava e viveu como prisioneiro desses índios por nove meses. Durante esse período, ele registrou suas experiências que se transformaram em um livro, que foi lançado em 1557 no seu país natal. Esse livro tem, originalmente, um extenso título, que, na edição brasileira, ficou reduzido para
- (A) "Duas viagens ao Brasil".
 - (B) "Um novo recomeço".
 - (C) "O Karaiba".
 - (D) "Contos indígenas brasileiros".
 - (E) "A terra dos mil povos".
- 58.** Durante algum tempo, no século XVIII, Bertioga foi importante para os habitantes das cidades de Santos, São Vicente, São Sebastião, São Paulo e Rio de Janeiro. Nos primórdios daquele século,
- (A) funcionava, na cidade, uma fábrica de óleo de babaçu usado como combustível para candeeiros.
 - (B) a cidade possuía tanques para armazenar óleo de baleia usado para iluminação pública.
 - (C) Bertioga fornecia banha de animais silvestres para embeber tochas de iluminação pública naquelas cidades.
 - (D) o carvão usado para aquecimento dos moradores dessas cidades era produzido integralmente em Bertioga.
 - (E) Bertioga era o único povoado a produzir velas feitas com sebo e gordura animal.
- 59.** Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população estimada de Bertioga, em 2017, era de, aproximadamente,
- (A) 49 mil pessoas.
 - (B) 51 mil pessoas.
 - (C) 59 mil pessoas.
 - (D) 70 mil pessoas.
 - (E) 73 mil pessoas.
- 60.** Um dos oito rios que pertencem à área administrativa de Bertioga tem um nome que, em tupi-guarani, significa "onde a onça bebe água". O nome desse rio é
- (A) Itapanhaú.
 - (B) Itatinga.
 - (C) Guaratuba.
 - (D) Itaguaré.
 - (E) Jaguareguava.

